

DISCURSO DE POSSE DO DES. RONALDO GONÇALVES DE SOUSA NA PRESIDÊNCIA DO TJES NO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

Boa tarde a todos.

Exm° Sr. Governador do Estado do Espírito Santo, Dr. José Renato Casagrande;

Exm° Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, Deputado Erick Musso, neste ato representado pelo vice-presidente daquela casa, Deputado Estadual Marcelo Santos;

Exmo. Procurador-Geral da Justiça, Dr. Éder Pontes da Silva, em nome de quem saúdo todos os demais membros da mesa.

Eminentes Colegas e Desembargadores deste sodalício;

Exmo. Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, parceiro pelo Brasil afora na direção do Colégio Nacional de Corregedores Estaduais, que muito me honra com sua presença, a quem cumprimento em nome de todos os Presidentes e Desembargadores dos demais Tribunais de Justiça do Brasil aqui presentes.

Saúdo os Juízes de direito, na pessoa do Presidente da AMAGES, Dr. Daniel Peçanha.

Caríssimos Servidores do Poder Judiciário do Estado;

Exmos. Membros do Ministério Público, Tribunal de Contas, Ordem dos Advogados do Brasil, Defensoria Pública e demais órgãos, entidades e associações aqui presentes.

Autoridades Militares do exército, da marinha e das polícias militar e civil estadual.

AGRADECIMENTOS

Inicio com um agradecimento especial a todos que de alguma forma estiveram comigo nessa trajetória.

Meus amigos de infância, da adolescência e da vida madura, aqui presentes;

Meus colegas do grupo Escolar Padre Anchieta, Colégio Salesiano de Vitória e Colégio Estadual de Vitória;

Meus queridos Colegas da turma de Direito da UFES de 1972, sempre presentes na minha vida e que estão vibrando com a minha posse, tendo em seu rol inúmeros juristas valorosos que ocuparam e ocupam cargos de destaque nos meios jurídico e político. Inclusive, sou o 5º da turma a chegar a Presidência dessa Corte.

Ao meu bom Deus, pai de todos, juiz dos juízes, agradeço por ter-me abençoado para chegar a este momento com força e saúde, fazendo-se sempre presente nas adversidades e me conduzindo nos mares bravios da vida.

A minha segunda mãe, Nossa Senhora da Penha, de quem sempre fui devoto e a quem deposito minhas esperanças e orações por um mundo melhor para toda a sociedade, a quem sempre servi no meu mister de magistrado.

A minha família, meus saudosos e queridos pais, Nelson Ivo de Sousa e Áurea Gonçalves de Sousa, responsáveis pela minha formação ética e moral, a quem devo todas as oportunidades que recebi na vida. A minha saudosa irmã Nelcy.

A minha amada esposa Valéria, aqui presente, que sempre esteve ao meu lado nos momentos difíceis e naqueles de grande felicidade, como este.

Aos meus filhos, Rodrigo, Bruno e André, motivo de minha luta diária por uma vida e um mundo melhor, para quem e por quem sempre me empenharei em meu mister, em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

A meus enteados, Danieli e Vinícius, pelo carinho e amizade durante toda a jornada de vida que me trouxe até aqui.

Agradeço, também, a presença de todos os meus familiares, em especial, meu irmão Ismail e esposa, meus sobrinhos, primos e respectivos filhos, pelo incentivo durante toda minha trajetória profissional, dela participando em muitos momentos cruciais.

Agradeço a todos aqueles que trabalharam comigo nesses quase 40 anos de magistratura, em especial aos assessores do meu Gabinete aqui presentes, além dos demais que já estão atualmente em outras funções, todos servidores exemplares e comprometidos com o ideal da Justiça.

Agradeço ainda, a todos os Desembargadores deste honroso sodalício, que cancelaram o meu nome para ser o Presidente desta Corte, com os quais compartilho bons e árduos momentos decorrentes do exercício deste mister constitucional único e essencial, que é a jurisdição.

Por fim, agradeço ao Desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama pelo apoio incondicional e imprescindível no período de transição da Presidência e a sua equipe de magistrados auxiliares e servidores

Ao Exmo. Des. Adalto Dias Tristão, que aceitou com grande alegria o convite para saudar-me, proferindo honrosas palavras partidas de um coração generoso, sendo para mim motivo de grande felicidade pessoal por ser o decano desta corte e meu colega de turma da UFES / 1972.

“O MUNDO ESTÁ NAS MÃOS DAQUELES QUE TÊM A CORAGEM DE SONHAR E DE CORRER O RISCO DE VIVER SEUS SONHOS” (Paulo Coelho)

E foi por sonhar e por correr atrás dos meus sonhos com grande determinação e trabalho que eu chego hoje a Presidência dessa Corte.

Afirmo que recebo a gratificante e importante missão que me confiaram, imbuído de vontade e coragem para enfrentar qualquer adversidade que se apresente, trabalhando com dedicação, em busca da continuidade do valoroso trabalho dos meus antecessores, com olhar voltado para o futuro, buscando sempre o aprimoramento das políticas públicas judiciárias já existentes.

Inclusive, lembro-me muito bem quando da minha eleição no dia 03 de outubro corrente, após o encerramento da sessão de escolha, quando abordado por uma jornalista local me indagando sobre as prioridades do meu biênio, a exemplo de realizar concursos, respondi que minha grande meta já está escrita na bandeira do Estado, ou seja, **“trabalha e confia”**.

No início de minha caminhada, ainda no Primário do Grupo Escolar Padre Anchieta seguido, no Ginásial do Colégio Salesiano de Vitória e, após, o Clássico no Colégio Estadual de Vitória, em minha querida Jucutuquara, tinha sonhos como qualquer jovem, tanto pessoais como de contribuir de alguma forma para a sociedade em busca de um futuro melhor.

Sou de Jucutuquara, nascido e criado nesse bairro, nessa nação existente dentro da ilha encantada de Vitória, onde sonhava quando criança admirando a banda da Polícia Militar, em suas apresentações nas procissões da Igreja Católica e na pracinha; e no dia de Natal apreciava as tradicionais bandas de congo e onde vi nascer o mais popular bloco de carnaval do Espírito Santo, hoje a escola de samba Unidos de Jucutuquara. Época de sorriso fácil e espontâneo e de grandes alegrias na juventude. E sorrir é muito importante para nós humanos pois, como diz Milan Kundera: **“rir é viver profundamente”**

Do sonho a realidade, quero esclarecer que estou ciente dos desafios que irei encontrar no exercício diário deste tão nobre mister que me é confiado.

Mas, nessa difícil caminhada a frente do judiciário, como diz o poeta e cantor Almir Sater:

É preciso amor pra poder pulsar

É preciso paz pra poder sorrir

É preciso a chuva para florir

Sim, vou precisar da chuva da compreensão, da ajuda da magistratura e da ajuda dos poderes executivo e legislativo, tudo na busca de uma gestão exitosa.

Temos um poder judiciário atualmente criticado, pressionado, exigido, mas combativo. São muitos os problemas que, apesar de não criados por nós, é nossa a responsabilidade de enfrentamento.

Hoje recai sobre o magistrado uma enormidade de obrigações, o que só cresce a cada dia por imposição de novas leis ou resoluções, como as audiências de custódia, a infinidade de recursos judiciais e a necessidade de enfrentar demandas coletivas, como as decorrentes de recentes desastres ambientais, como o do Rio Doce e do Oléo em nossas praias.

Acrescente-se que, ainda na minha adolescência, quando nos bancos da Escola Padre Anchieta, contávamos com aproximadamente 23 Municípios no Estado do Espírito Santo, número praticamente 4 (quatro) vezes menor que os atuais 78 Municípios. Em razão da criação desses municípios, foi necessário que o Poder Judiciário também criasse comarcas. Observe-se, que atualmente temos 69 comarcas no Estado, o que aumentou significativamente as despesas do Poder Judiciário. Tal situação agravou-se com o grande aumento de demandas, principalmente após a sedimentação do dano moral e das normas consumeristas, primeiro na CF/88 e após no Código de Defesa do Consumidor, abrindo um leque para o ajuizamento massivo de ações com base nas novas relações de consumo, inclusive aquelas realizadas pela internet.

Observem senhores, que os números do Judiciário Brasileiro, incluindo o nosso Tribunal, apontam um total de processos pendentes de julgamento em 2018 de quase 93.000.000.000 (noventa e três milhões), tendo como maior cliente os próprios entes Estatais.

Tal fato inclusive torna o Brasil um dos países mais litigantes do mundo, sendo que no último ano, segundo dados no Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça, foram ajuizadas 28.052.965 (vinte e oito milhões cinquenta e dois mil novecentos e sessenta e cinco) ações novas, ou seja, quase um processo para cada 7 habitantes no país.

Dessa forma, aumentaram o trabalho e as obrigações do poder judiciário, aumentaram as comarcas, nos obrigaram a aumentar o número de juízes e servidores, nos obrigaram a aumentar as despesas, mas na contramão diminuiu nos últimos anos o orçamento do poder judiciário, o que decorre do panorama econômico.

No entanto, apesar de ter um alto índice de litigiosidade, o número de sentenças proferidas por juízes brasileiros em 2018 chegou ao ápice da série histórica, somando 32.399.651 (trinta e dois milhões trezentos e noventa e nove mil seiscientos e noventa e um) processos, tornando os nossos magistrados os MAIS PRODUTIVOS DO MUNDO.

Criou-se a obrigação do Juiz não ser só juiz, mas gestor de unidade, gestor de finanças, administrador de pessoas, além de obrigá-lo a confeccionar inúmeros relatórios diários.

Ao criar tudo isso, o legislador também criou uma despesa gigantesca que recai atualmente sobre o poder judiciário, que não foi o responsável por

tais leis e despesas, mas é quem sofre as críticas da comunidade e tem de respondê-las.

O caminho é longo e por muitas vezes de certo não será fácil, mas espero que no final do percurso tenhamos o sentimento de dever cumprido, contando para tanto com a continuidade de algumas políticas públicas judiciárias, que considero essenciais para a manutenção do belíssimo trabalho que é realizado pelo poder judiciário capixaba, podendo citar os seguintes:

1º. A priorização da instalação do Processo Judicial Eletrônico em todo o Estado do Espírito Santo, que penso ganhará novos ares com a pretensão que tenho de implementar a Inteligência Artificial, além de expandi-lo para todo o segundo grau.

Vale destacar que a informatização dos processos judiciais reduz o número de processos físicos, garantindo a facilitação do acesso amplo a justiça, a economia dos custos, a celeridade e praticidade. Inclusive, ressalto, que a informatização já ocorreu nos Juizados Especiais, nas Execuções Fiscais, nas Execuções Penais e ha pouco tempo no Segundo Grau de Jurisdição, no tocante aos recursos de agravo de instrumento.

2º. O Enxugamento da máquina pública no que for possível, reduzindo gastos sem perder a qualidade e presteza no julgamento das demandas.

3º. O investimento, aprimoramento e expansão dos Centros Judiciários de Solução de Conflito e Cidadania, instituindo verdadeiramente uma justiça multiportas, que tem através do NUPEMEC encontrado resultados expressivos na solução pacífica dos conflitos, levando cidadania para todo o Estado.

4º. A escolha dos Exmos. Colegas Desembargadores como Supervisores deste Egrégio Tribunal em áreas de atuação sensíveis, como infância, juizados, criminal e outras, para que as questões a eles submetidas sejam sempre resolvidas nesse espírito de cooperação e superação das dificuldades.

Em suma, o judiciário capixaba não está parado. Como bem disse a Ministra Rosa Weber:

“Ficar parado é assumir posição contrária ao movimento do universo”.

Referidos esclarecimentos são necessários para que o povo capixaba e a mídia sejam cientificados da real situação da demora da prestação jurisdicional, para que não se deturpe o panorama acima mencionado.

MAS NÃO ESTAREI SÓ. NO ENFRENTAMENTO DA GRAVE SITUAÇÃO QUE PASSA O JUDICIÁRIO DESTE ESTADO, ESTARÃO AO MEU LADO:

Na condição de Vice-Presidente o Exmo. Des. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA, experiente e com cultura jurídica especial, a par da amizade fraterna e incondicional.

Como Corregedor-geral da Justiça o Exmo. Des. NEY BATISTA COUTINHO, cuja atuação sempre foi firme e lúcida, dando segurança e tranquilidade a nossa administração.

Ainda, na função de Vice-Corregedor o Exmo. Des. TELÊMACO ANTUNES DE ABREU FILHO, valoroso e agregador magistrado, com enorme bagagem jurídica.

Não posso esquecer dos Exmo. Desembargadores Supervisores e Coordenadores, cada qual com uma qualidade ímpar na sua área de atuação e, por isso, reconduzidos para continuarem o excelente trabalho desenvolvido.

Por fim, meus juízes auxiliares Thiago Albani Oliveira Galvêas, Felipe Monteiro Morgado Horta, que estarão comigo no gabinete da presidência nessa incansável jornada, e Dr. Gustavo Mattedi Regiane, a quem confio o setor de Precatórios.

Somando aos colegas magistrados acima mencionados, tenho certeza de que estarei acompanhado de todos os magistrados e servidores do Poder Judiciário Estadual.

Destaco que o trabalho desta corte é importante para toda a sociedade capixaba e, exatamente por isso, buscamos uma Presidência de parceria, diálogo e harmonia com o Poder Executivo, o Poder Legislativo, Ministério Público, Tribunal de Contas e demais órgãos, entidades e associações.

Vale lembrar que esta semana, no dia 10 de dezembro, comemoramos os 71 anos da Proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Referido documento é de absoluta relevância jurídica e grande marco civilizatório da história da humanidade, infelizmente nascido da dor e do sangue derramados na segunda grande guerra mundial, mas necessário

para criar a obrigação de que todos os Países do Mundo tratem seu povo com o mínimo de dignidade.

Sendo certo que a Constituição Federal de 1988 e as leis vigentes foram moldadas nas premissas da Declaração Universal dos Direitos Humanos, reafirmo, portanto, o compromisso dessa Corte com esses valores consagrados em nossa Carta Magna, fundamentais para o exercício pleno da cidadania e alicerces do Estado Democrático de Direito.

Por fim, dirijo-me aos queridos magistrados e servidores, afirmando que terão todo o meu apoio para a continuidade dos bons projetos já existentes, na melhoria da estrutura e das condições de trabalho, não só na capital mas pensando em todas as comarcas do Estado.

Finalmente, compartilho com todos meu anseio de contribuir ao máximo para um Judiciário unido, valorizado e forte, que com seus valorosos membros possa fazer valer a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a legislação vigente, levando a Justiça a todo o povo capixaba, garantindo a liberdade e a dignidade, construindo dioturnamente uma relação de confiança com a sociedade para que acreditem que somos um poder imparcial, autônomo e essencial para a democracia. Como já diz o ditado: **“Sem Judiciário forte, não há democracia e nem cidadania respeitada”**.

Senhores e senhoras, todos nós servidores do Judiciário também estamos a serviço do Brasil e da Pátria. Vou citar o que Rui Barbosa já disse em seu discurso sobre a pátria, o que não poderia ser mais atual:

“Os que servem a Pátria são os que não invejam, os que não inflamam, os que não conspiram, os que não sublevam, os que não desalentam, os que não emudecem, os que não se acobardam, mas resistem, mas

ensinam, mas esforçam, mas pacificam, mas discutem, mas praticam a justiça, a admiração, o entusiasmo”.

Muito obrigado a todos, um feliz Natal e um Ano Novo venturoso.